

Código de Trânsito muda a rotina das prefeituras

As imposições do novo Código Nacional de Trânsito estão levando as prefeituras a iniciarem um processo de mudança em sua estrutura administrativa. Com a municipalização da gestão do trânsito, Vitória e Vila Velha, por exemplo, já criaram departamentos que cuidarão das obras de engenharia de trânsito e da fiscalização

LIGIA MONTEIRO

CENA CAPIXABA

Para assumir plenamente as atribuições definidas pelo novo Código de Trânsito Brasileiro e se adequar às exigências para executar as ações previstas com a municipalização da gestão sobre o trânsito, as prefeituras iniciaram um processo de readequação da máquina, promovendo mudanças na sua estrutura administrativa.

As prefeituras de Vitória e Vila Velha já criaram, em sua organização, departamentos que ficarão responsáveis pelas obras de engenharia de trânsito e pela fiscalização, enquanto os municípios da Serra e Cariacica estudam o estabelecimento de parceria com os órgãos estaduais, Departamento Estadual de Trânsito e Batalhão de Polícia de Trânsito, a fim de que possam adequar as exigências do novo código à sua realidade administrativa e operacional.

Embora no rigor da lei essa responsabilidade já tenha sido delegada desde o último dia 22, data da entrada em vigor do novo Código, os municípios da Grande Vitória ainda preparam pacote de intervenções viárias e obras que visam ordenar o fluxo de trânsito, tentando corrigir deficiências que só serão sanadas a médio e longo prazos. De imediato, pode-se dizer que há a predisposição dos prefeitos municipais em estruturar a máquina para aplicar o Código.

De maneira geral, os prefeitos refutam a generalização que a municipalização do trânsito traria como incumbência principal a competência para aplicar e arrecadar multas. As prefeituras defendem o ponto de vista que para cumprir as atribuições dos 21 incisos contidos no artigo 24 do novo

ders, segundo o secretário de Transportes, Aglimar Veloso Neto, encontra-se em Brasília, a fim de obter recursos para a execução de obras no município. Está previsto o redirecionamento do fluxo dos veículos, com

as ruas paralelas adotando o tráfego binário, em que as principais vias terão mão única. A principal mudança ocorrerá na Avenida Gil Veloso, que não terá mais o tráfego no sentido Itapoã/Praia da Costa, e sim em sentidos opostos, a partir do cruzamento com a Avenida Champagnat.

Os efeitos deverão começar a ser sentidos dentro de 60 dias, quando a estrutura dos departamentos recém-criados, Engenharia de Trânsito e o de Fiscalização do Trânsito, deverão estar em funcionamento com 14 funcionários, mais o suporte de 50 agentes de trânsito. Está prevista a reestruturação e humanização da Avenida Carlos Lindenberg, com a construção de um viaduto no cruzamento com a Rodovia Darly Santos, no sentido do Porto de Capuaba. Outro projeto é o de emendar as ciclovias da Avenida Carlos Lindenberg, Avenida Champagnat e Praia da Costa.

VITÓRIA - A municipalização do trânsito é processo que já vem se implantando há dois anos no município de Vitória, que assumiu a sinalização horizontal e vertical. Agora, com a municipalização plena, irá encaminhar à Câmara Municipal, em fevereiro, projeto criando no Departamento de Trânsito, que já existe, o Departamento de Engenharia de Trânsito. Segundo o secretário de Transportes e Infra-Estrutura da PMV, Paulo Rui Carnelli, a administração já gastou, em 97, R\$ 230 mil,



PREVISÃO

Para este ano, estão previstas as obras de alargamento da Avenida Dante Michelini, em Camburi, cujas obras estão orçadas em R\$ 2 milhões

aplicar e arrecadar multas. As prefeituras defendem o ponto de vista que para cumprir as atribuições dos 21 incisos contidos no artigo 24 do novo Código, e ainda fiscalizar aquilo que está estipulado nos artigos 93 e 94, que tratam, respectivamente, da aprovação de projetos de edificação e obras ou eventos que provoquem interrupção da circulação de veículos ou pedestres, terão que preparar programas de intervenções viárias e obras a fim de reestruturar integralmente a orientação do trânsito.

Acreditam que o caráter pedagógico desses primeiros meses de aplicação das novas regras deverá prevalecer, embora não deixem de afirmar que o cumprimento da lei, no que diz respeito à punição das infrações mais graves, como dirigir sem habilitação ou alcoolizado, vai acontecer. Mesmo que houvesse em todos os municípios órgãos estruturados para assumir prontamente essas novas atribuições, ainda assim haveria a necessidade de um período de transição, já que o cadastro de proprietários de veículos automotores e toda a operacionalização do licenciamento de veículos ainda estão a cargo do Detran.

Nem mesmo o volume de recursos que resultará dessa municipalização, e que são oriundas da receita sobre a aplicação de multas, é de conhecimento das prefeituras. Segundo o secretário de Transportes e Infra-Estrutura da Prefeitura Municipal de Vitória, Paulo Ruy Carnelli, os valores somente serão conhecidos nos próximos dias, quando o Detran fechar o relatório sobre as receitas de 97.

As prefeituras da Grande Vitória já têm projetos de intervenções viárias. O prefeito de Vila Velha, Jorge An-

trânsito. Segundo o secretário de Transportes e Infra-Estrutura da PMV, Paulo Ruy Carnelli, a administração já gastou, em 97, R\$ 230 mil, referentes à sinalização.

Estão previstas para começar neste ano, as obras de alargamento da Avenida Dante Michelini, em Camburi, cujas obras estão orçadas em R\$ 2 milhões, e o alargamento e sinalização da Avenida Saturnino de Brito, além da duplicação da Avenida Fernando Ferrari.

CARIACICA – Dos municípios da Grande Vitória que estão em processo de municipalização do trânsito, Cariacica é o que mais sofre com as deficiências. Ali, municipalizar o trânsito significa, praticamente, começar o processo de ordenamento do trânsito. Enquanto Vitória possui 221 semáforos e Vila Velha 103, em Cariacica existem apenas 11, sendo dois implantados pela municipalidade.

Além disso, Cariacica é cortado por Rodovia Federal, a BR 262, que possui um tráfego muito intenso de veículos de grande porte como caminhões de cargas e ônibus interestaduais. Segundo o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Cariacica, Valter Matielo, a Prefeitura pretende implantar o Plano Diretor Viário da Região Sul, que prevê a construção de, pelo menos, mais duas vias de ligação com Vila Velha.

Uma dessas ligações seria através de rodovia ligando Cariacica, na altura da fábrica Brasperola, até à Rodovia Darly Santos. Está também fazendo licitação para implantar estacionamento rotativo em área próxima à Rua Expedito Garcia, principal centro comercial do município.

Seminário discutirá ação de órgão público

Para aprofundar o debate sobre as mudanças introduzidas pelo Código de Trânsito e estabelecer parceria entre as prefeituras municipais e os órgãos estaduais, até então exclusivos no gerenciamento do trânsito, o Departamento Estadual de Trânsito, o Batalhão da Polícia de Trânsito e a Coordenadoria de Planejamento do Governo do Estado (Coplag) vão realizar um seminário na primeira quinzena de fevereiro.

O seminário vai reunir prefeitos, secretários e assessores que deverão trabalhar com a gestão municipalizada do trânsito. Segundo Sandra Berredo, da Coplag, o seminário deverá traçar as formas de cooperação entre Governo e prefeituras que deverão assinar um convênio estabelecendo as competências

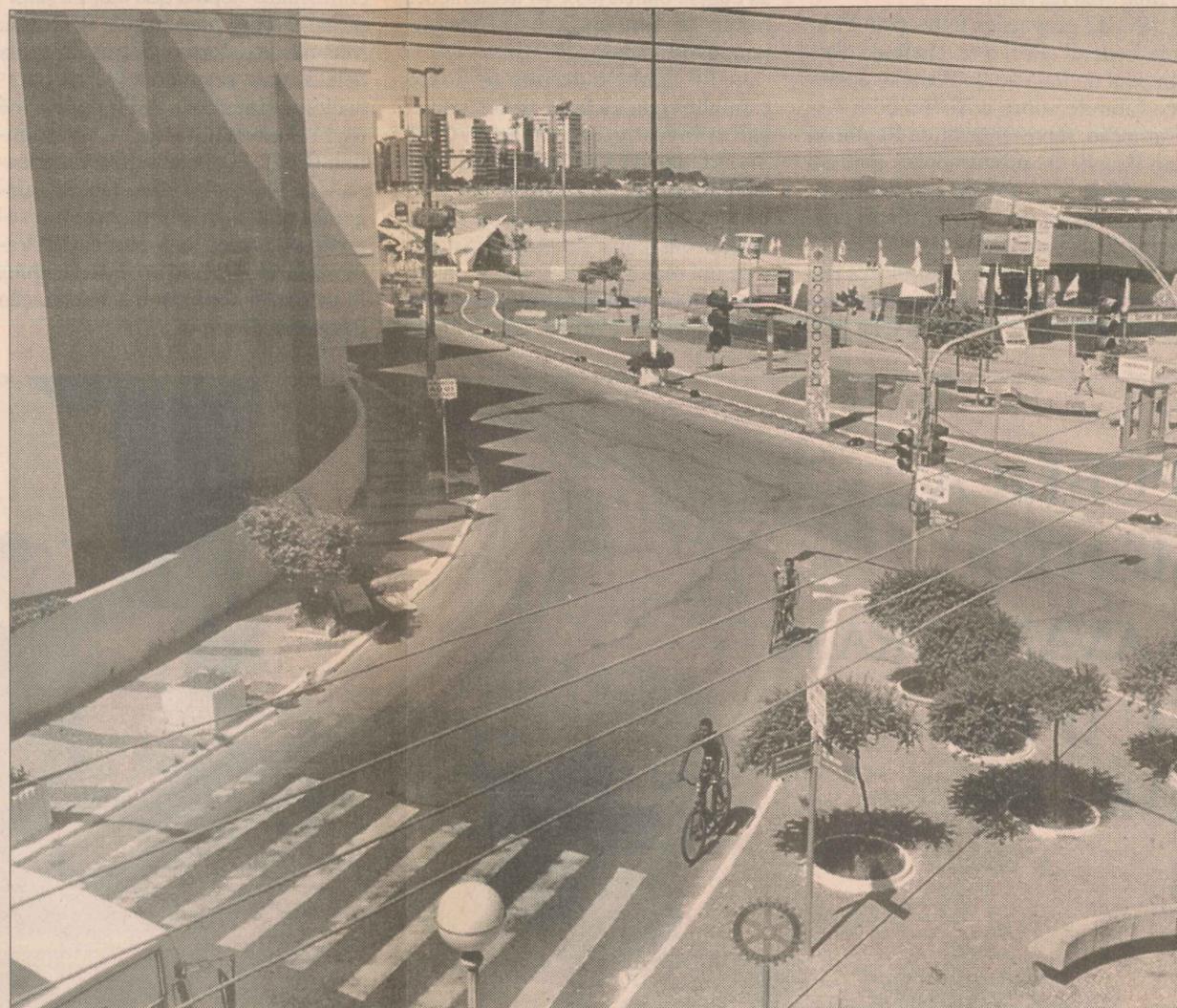
dos órgãos envolvidos, conforme prevê o novo Código.

ESCLARECIMENTO – Sandra Berredo pretende esclarecer também às demais prefeituras que compõem a Região Metropolitana por que a municipalização do trânsito se encontra em estágio mais adiantado em Vitória. Um dos motivos é que na Capital essa municipalização vem ocorrendo, na prática, há dois anos, havendo melhores condições para a transferência de atribuições para a esfera municipal.

No município da Serra, por exemplo, onde há grande extensão, a municipalização do trânsito deverá ser precedida de um estudo feito por comissão de secretários chefiados pelo prefeito Sérgio Vidigal.

PREVISÃO

Para este ano, estão previstas as obras de alargamento da Avenida Dante Michelini, em Camburi, cujas obras estão orçadas em R\$ 2 milhões



MUDANÇA

Em Vila Velha, a Avenida Gil Veloso não terá mais o tráfego Itapoã/Praia da Costa, e sim em sentidos opostos



PROJETO

Vila Velha planeja viaduto em cruzamento da Rodovia Darly Santos; Cariacica propõe novas vias de acesso

Municípios vão fiscalizar as novas normas

Ao estabelecer que a gestão do trânsito será municipalizada, o novo Código define no artigo 24 que caberá às prefeituras municipais “cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, bem como planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito dos pedestres e de animais, e ainda promover o desenvolvimento da circulação e segurança dos ciclistas”.

As atribuições definidas nesse artigo englobam uma lista de atribuições, que incluem desde a implantação e manutenção de sistemas de sinalização e controle do fluxo do trânsito. Os 21 incisos contidos no artigo que delinea a competência municipal para gerir o trânsito incluem a coleta de dados estatísticos e elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas.

CABE AO MUNICÍPIO

■ Executar a fiscalização de trânsito, atuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e parada prevista no Código, no exercício regular do poder de polícia do trânsito.

■ Aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas, previstas nesse Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

■ Fiscalizar, atuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas às infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

■ Implantar, manter e operar sistema de estacionamento pago rotativo nas vias;

■ Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

■ Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

■ Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no artigo 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

■ Vistoriar veículos que necessitam de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.